

## A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE ATRAVÉS DO DISCURSO SOBRE O CORPO

ADENAIDE AMORIM LIMA

Pedagogia. Universidade Estadual do Sudoeste do Bahia (UESB)  
adenaide2007@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho pretende descrever, de forma resumida, o surgimento e o desenvolvimento dos saberes e da moralidade em torno do discurso sobre o sexo, à construção dos saberes, bem como a incitação ou o silenciamento de tais discursos envolvendo esse tema na cultura ocidental. A análise aqui pretendida está baseada, principalmente, nas reflexões de Michael Foucault, descritas nos três volumes de sua *História da sexualidade*.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Moralidade. Saberes.

### 1 Introdução

12

---

Independentemente do período histórico da civilização ou da cultura, acreditamos que a constituição de uma moral e seu conjunto de valores, para todos os segmentos da vida humana, é algo compartilhado de forma íntima e, ao mesmo tempo, constitui o resultado de uma preocupação coletiva. O discurso sobre a sexualidade não foge a essas determinações histórico-sociais. Assim se constroem e se disseminam na sociedade as regras. As instituições de onde provem essas regras e seus discursos, automaticamente, constroem saberes e verdades que passam a regulamentar o convívio entre as pessoas. Tais saberes não possuem, no primeiro momento, o objetivo de controlar a forma de uma determinada pessoa expressar, através de atos e falas, a sua sexualidade. Observamos que, por mais antiga que seja uma cultura, ela se preocupa com questões referentes a uma moral sexual e suas representações visíveis nos seus ritos, crenças, valores e regras de conduta, que também visam à relação com o próprio corpo e com o corpo do outro.

Algumas regras de conduta sexuais, de uma forma geral, nortearam a expressão social da sexualidade, em diferentes lugares e tempo históricos. Algumas delas são muito simples e outras bastante elaboradas, como, por exemplo, a moral vigente na Grécia clássica. Os gregos, com seu modelo de organização social, fizeram da sexualidade um tema filosoficamente importante. Sob essa perspectiva, interpretamos a expressão moral grega como algo positivo, nascida para equilibrar a manifestação da vida, a partir de uma estética da existência<sup>1</sup>. Tal equilíbrio também foi buscado e elaborado por outros povos e culturas para amenizar as disputas entre si.

Na Grécia Antiga, o corpo do cidadão pertencia ao Estado. Quanto à sexualidade, era experimentada pelos indivíduos de forma mais livre. Porém, nem toda conduta sexual era bem vista aos olhos do bom cidadão. Não existia, no entanto, uma norma geral que normatizasse a conduta de todos os cidadãos, ou mesmo uma punição às suas transgressões. Até o início do século XVII, a sexualidade era tolerada nas mais diversas manifestações, o ilícito não era ocultado e tinha seu espaço de manifestação assim como o lícito. A partir do século XIX, principalmente com a burguesia da era vitoriana<sup>2</sup>, a sexualidade passa a ser rapidamente submetida a regras, a determinados valores morais e o cuidado com o corpo e os seus saberes são institucionalizados. Essa institucionalização do comportamento e do discurso sobre a sexualidade, segundo Foucault, ocorre de forma normatizadora e sua expressão fica cada vez mais contida, embora em certos momentos tais

<sup>1</sup> Buscar o equilíbrio e a temperança através do cuidado de si. “Trata-se pois de ocupar-se consigo mesmo enquanto se é sujeito da *khrêsis* (com toda a polissemia da palavra: sujeito de ações, de comportamento, de relações, de atitudes)” (FOUCAULT, 2006, p. 71-72).

<sup>2</sup> As virtudes vitorianas eram especificamente vinculadas à postura moral, entendendo-se moral vitoriana como o conjunto de respostas, tanto emocionais como intelectuais, a um processo histórico permeado por crises, revoluções e avanços científicos. Eram consideradas virtudes, no século XIX inglês, a disciplina, a retidão (seriedade - earnestness), a limpeza, o trabalho árduo, a autoconfiança, o patriotismo, entre outros. As virtudes eram também entendidas em suas conotações sexuais de castidade e fidelidade conjugal, o que gerou a concepção popular do Vitorianismo como obsessivamente puritano em suas caracterizações (MORAIS, p. 63-64).

discursos eram, por alguma razão, incitados.

## 2 Princípios morais sobre a sexualidade na antiguidade

É praticamente impossível pensar a sexualidade fora de um conjunto de valores morais, seja na era clássica, seja na modernidade, mesmo que tal moral varie de acordo com a cultura. Costumamos tomar como verdade que a base de nossa civilização ocidental se encontra na Grécia Antiga e no Império Romano, e é a partir da cultura helenístico-romana que fundamentamos todo um sistema de valores referentes à sexualidade. Foi em tais períodos que surgiram as primeiras *prescrições de condutas* no que diz respeito ao cuidado com a sexualidade. Tais prescrições, inicialmente eram realizadas por algumas escolas filosóficas, tais como: epicurista, cínica e estoica. Essas prescrições, em boa medida, forneceram as bases para a moral cristã, conforme a descrição realizada por Michel Foucault, no terceiro volume de sua *História da sexualidade*.

De acordo com o filósofo francês, moral é uma palavra ambígua, expressão ou comportamento real do indivíduo ao qual ele se submete ou resiste.

Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação proposta aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias (FOUCAULT, 1984, p. 26, grifos do autor).

Com base em algumas referências, sem a pretensão de esgotar o assunto, procuramos descrever a evolução histórica do discurso sobre a sexualidade, desde a Grécia Antiga até a modernidade.

Na Grécia Antiga as regras e condutas morais, de caráter punitivo,

pouco ou quase nunca estavam ligadas à relação do indivíduo com o seu próprio corpo. Apesar de serem reconhecidos enquanto indivíduos apenas por pertencer ao Estado, os cidadãos livres possuíam autonomia no que diz respeito ao seu corpo e suas expressões e manifestações. Em outras palavras, existe uma diferença básica entre a prática sexual do indivíduo, sua sexualidade e sua conduta moral perante a sociedade.

Mas, ao contrário do que possa parecer, por exemplo, a homossexualidade e os “desregramentos” sexuais não eram vistos como naturais e aceitos por todos da mesma forma, na Grécia Antiga. Embora não existisse uma moral, imposta como regra a todos os indivíduos, mesmo assim tais regras de conduta moral e sexual eram respeitadas e aceitas. O ato sexual, por exemplo, fazia parte do conjunto de práticas amorosas que visavam à formação do indivíduo. O tempo dedicado ao exercício dessas práticas leva em conta a dimensão da própria corporeidade – animal - em oposição à dimensão espiritual - mais nobre - do homem:

[...] os gregos reservavam a noite para o amor, a fim de ocultarem de todo e qualquer olhar. Por quê? É que se via na prática dos *aphodísia* algo que não honrava o que há de mais nobre no homem – a razão! Sexo é a parte animal que traz consigo a vergonha. O cristianismo muitas vezes reforçou esse aspecto, cercando a sexualidade com tabus e ameaça de inferno (ULLMANN, 2005, p. 61, grifos do autor).

Na mesma perspectiva interpretativa, Foucault transcreve uma citação de Rufus onde ele descreve o que é ou não correto à sexualidade de um bom cidadão.

Um homem que tem relação com uma cortesã ou com uma mulher não casada não lesa nenhum direito e nem furta a ninguém a esperança de uma decência. Mesmo nessas condições comete-se uma falta – assim como pode-se cometer uma falta e injustiça sem prejudicar ninguém a sua volta: a pessoa se emporcalha e, “como os porcos, obtém prazer com a própria sujeira” (RUFUS *apud* FOUCAULT, 1999, p. 171, grifos do autor).

No entanto, essas prescrições em torno da sexualidade como essa

descrita por Rufus, aconselhando a cautela em relação aos prazeres da carne, bem como os exercícios de abstinência pregado pelos epicuristas, no seu conjunto, visavam a prática sexual através de uma sexualidade refletida na qual o sujeito pudesse se relacionar com a verdade, através do conhecimento e do cuidado de si.

A moral sexual exige [...] que o indivíduo de sujeite a uma certa arte de viver que define os critérios estéticos e éticos da existência; mas essa arte se refere cada vez mais a princípios universais da natureza ou da razão [...] Quanto à definição do trabalho que é preciso realizar sobre si mesmo, ela também sofre, através da cultura de si, uma certa modificação: através dos exercícios de abstinência e de domínio que constituem a *askesis* necessária [...] coloca a questão da verdade - verdade do que se é, do que se faz e do que se é capaz de fazer – no cerne da constituição do sujeito moral (FOUCAULT, 1999, p. 73).

Outro aspecto importante, no contexto da Grécia Antiga, é a utilização da sexualidade para fins pedagógicos. A homossexualidade, por exemplo, era exercida e aceita pelos gregos somente com fins de instrução aos jovens. A prática homossexual, fora do campo da instrução e entre homens adultos era, moralmente, inaceitável. Desse modo, é possível concluir que, apesar de ser tolerada, tal conduta era tida como comportamento vergonhoso, pois a pederastia tinha como finalidade o ensino. Esse sentido de pederastia, inverso do que concebemos hoje em dia, é esclarecido por Ullmann (2005, p. 11) em seu livro *Amor e sexo na Grécia antiga*:

[...] a palavra pederastia, que em todos os idiomas é sinônimo de um vício erótico, na Antiguidade clássica não era mais que uma instituição pedagógica baseada no amor puro e desinteressada, que não tinha absolutamente nada a ver com relações homossexuais.

Os “desregramentos sexuais”, no contexto da Grécia, caracterizavam os comportamentos praticados fora do contexto e das regras aceitas e eram vistos como comportamentos contrários àqueles de um bom cidadão, como descreve o professor Aloysio Ullmann (2005, p. 57):

No entanto, jovens facilmente conquistáveis ou interessados por presentes ou dinheiro, bem como homens efeminados, tornavam-se objeto de desprezo e zombaria. Impende notar, ademais, que a diferença de idade entre os parceiros e a ritualização do “cortejamento” fazem ver que a homossexualidade masculina não estava entregue ao acaso e desbragamento sexual.

O aspecto da moral em que nossa cultura ocidental se desenvolveu e modificou, significativamente, ao longo da história, a relação entre homens e mulheres. A moral, a ética e a virtude, na Grécia Antiga, tinham como objetivos a valorização do sujeito e eram buscadas pelo próprio indivíduo, através do governo e do cuidado de si, como descrevemos anteriormente. Esses valores teóricos, portanto, fora da expressão sexual imediata, tornaram-se a forma de expressão e a imagem do cidadão admirado pelos seus iguais. O valor de tais práticas sexuais, tomadas como práticas virtuosas, passou a formar sujeitos nobres, dignos de admiração através do controle de si (de seus impulsos naturais). Tal prática era requerida por todos aqueles que visavam à perfeição moral e espiritual e tinha como objetivo o governo dos outros. “Os gregos não falavam tanto em boa ou má consciência, mas em ser ‘bem-visto’, em ser ‘considerado honesto’” (ULLMANN, 2005, p. 99, grifos do autor).

Esses valores, buscados pelos próprios sujeitos, através do cuidado de si e do conhecimento sobre si, seja no período socrático-platônico, que passa pelo período helenístico-romano até o ascetismo cristão, evoluem até serem transformados nos códigos de conduta que fundamentam os códigos morais da sociedade atual.

Para nós, essa fundamentação da moral, apresenta-se, primeiramente sob uma disciplina do corpo, através de uma norma que objetiva determinar a nossa conduta moral – teórica - e, em seguida, passa a ser obrigatória a todos os cidadãos. Notamos aqui, mais do que em qualquer outro momento, o abandono da expressão natural da sexualidade e o surgimento da sujeição de tais práticas às penalidades. Se o cuidado de si e a expressão da sexualidade constituíam os princípios da sexualidade na antiguidade, na sociedade atual o que tornou-se princípio foram as normas disciplinares as quais estão expressas

nas leis que visam normalização da expressão da sexualidade.

### 3 Novos princípios morais sobre a sexualidade

Observamos que, com o advento do cristianismo, houve um deslocamento do discurso sobre a sexualidade. Aquela potência que provém da sexualidade que na Grécia Antiga era concebida como algo natural e utilizada para fins pedagógicos, no cristianismo dá lugar ao discurso que visa coibir a livre expressão sexual. Um exemplo é a masturbação. Segundo Ullmann (2005, p. 27), entre os gregos, a masturbação não era vista como um vício, como é concebida pela moral cristã. “Ela constituía, antes, um sucedâneo, uma válvula de segurança criada pela natureza, para evitar o nascimento de filhos ilegítimos”. As manifestações sexuais “anormais e transgressoras” existirá somente no oculto, no obscuro, no não dito, no campo do secreto, etc.,

Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real, mas bem institucionalizadas, e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 1999, p. 11).

18

E ainda segundo Goldhill (2007, p. 93):

A ideia de que um homem deve ter relações sexuais apenas com sua mulher, e que qualquer outra forma de sexo representa infidelidade, ou adultério, ou imoralidade, também não é uma ideia romana, grega ou judaica, mas cristã. [...] Todas as sociedades consideram alguma forma de atividade sexual inaceitável ou repulsiva, mas a noção de que a carne e o sexo em si são sujos – uma ideia que está muito por trás da culpa, da libidinagem e do puritanismo moderno – é também em grande parte uma herança cristã.

O advento do cristianismo e seu discurso sobre a sexualidade afetam a compreensão do sexo, no que diz respeito ao prazer. Diferentemente dos gregos, no cristianismo o prazer tornou-se um problema que deve ser controlado. Nesse mesmo contexto, a castidade – expressão do domínio da

pulsão sexual, vivida pelos clérigos – tornou-se um valor a ser imitado. Os desregramentos sexuais tornaram-se matérias do confessional, onde o Padre prescreve a penitência ao fiel, de acordo com a gravidade do pecado confessado. Segundo Foucault (1988, p. 23):

Coloca-se um imperativo: não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso. Se for possível, nada deve escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas. A pastoral cristã inscreveu como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra.

Nesse contexto, onde a sexualidade é descrita e vivida como um problema a ser resolvido, busca-se regular o comportamento das massas, através de exemplos de pessoas que conseguiram dominar essa potência natural e até mesmo transformá-la, canalizando essa energia vital para realização das boas obras como, por exemplo, santos, mártires, etc.. Tais ícones de sacrifícios sobre-humanos possuem um caráter pedagógico de um modo muito peculiar. Essas figuras, enquanto exemplo de indivíduos que conseguem controlar a sua sexualidade, tornam-se referências para os demais, para aqueles que não conseguem controlar e, por isso, esses últimos devem se espelhar em tais exemplos para vencer as tentações da carne. Sacrifícios sobre-humanos como os de Orígenes “o maior teólogo do começo do século III, que, segundo Goldhill (2007, p. 99), ‘estava tão desesperado para manter o celibato e para dominar os desejos da carne que se castrou com as próprias mãos’. Ou como os de Simeão Estilita, um indivíduo que teria vivido de forma virtuosa e exemplar, de acordo o cristianismo clássico”.

Simeão Estilita ficou de pé sobre um pilar [...] ele se manteve de pé por 30 anos, dia e noite, sobre uma coluna de pouco mais de 18 metros, em vigília contínua; uma imagem viva do Cristo crucificado [...] “Na fome e na sede, no calor e no frio, continuamente, incessantemente, em súplica, ininterruptamente, e sempre de pé, ele não deu a seus olhos nenhum sono, nem descanso a seu corpo por 56 anos, noite e dia”, como insiste seu biógrafo (GOLDHILL, 2007, p. 97, grifos do autor).



Com essa nova reconfiguração teórica sobre a compreensão do corpo e, automaticamente, da sexualidade no ocidente, a expressão da sexualidade passou a ser uma preocupação de caráter normatizadora e disciplinar. Esse é o lugar onde os discursos, através dos saberes institucionalizados, começam a definir a sexualidade. Toda uma gama de controle, visíveis através de poderes, saberes e verdades definem a forma de expressão que a sexualidade deve assumir. De onde vem esse discurso e quais são os seus objetivos?

Instituições sociais, invenção da era moderna, visam controlar, vigiar, reprimir e oprimir a expressão livre da sexualidade dos indivíduos. O advento do Estado moderno, enquanto Instituição central e legal que controla a vida dos indivíduos, no interior das sociedades democráticas – principalmente nos séculos XIX e XX – redefine o discurso sobre a sexualidade. “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 1988, p. 33).

A disciplina e a ordem, como valores mais altos da sociedade democrática, introduzem uma nova conotação do que seja a virtude e a moral e, como consequência, surge a regulação e o controle das atitudes, dos discursos, dos corpos e do sexo. O saber deixa de ser produzido coletivamente e à margem do controle do estado, e passa a ser produzido no interior de determinadas disciplinas científicas como sociologia, política etc.. Tendo o seu lugar de nascimento inquestionável, porque científico, esse saber é imposto a todos os indivíduos como verdades sobre a sua sexualidade bem como a sua forma de expressá-la. O saber, como se vê, está sob o domínio das Instituições que visa controlá-lo. Nesse contexto de produção de saberes, a moral e a virtude acabam tendo por finalidade padronizar comportamentos e condutas, principalmente, no que diz respeito às condutas sexuais.

A consolidação do cristianismo como religião oficial, o controle institucional do discurso sobre o sexo e a representação da sexualidade pelo Estado, vai ser difundida sob os novos dogmas da religião cristã. Em termos de

discursos e controle, o sexo terá uma importância maior do que outras necessidades humanas. Testemunha esse fato o severo controle institucional sobre os indivíduos, através da disciplina e o olhar atento e vigilante sobre o corpo, no intuito de impedir a sua violação. Pensemos, por exemplo, no corpo da mulher, definida em termos econômicos como patrimônio guardado primeiro pela família e depois pelo esposo, à serviço da procriação.

Não seria essa, talvez, a razão pela qual os casamentos eram “concedidos” às mulheres em idade ainda bastante prematura? Qual era o objetivo e o simbolismo do casamento, socialmente falando? Qual o lugar que o prazer ocupava na escala de valores dessa referida sociedade? A igreja, à medida que se torna detentora do poder supremo, e o Estado, passando a ser uma necessidade social, controla também o saber, criando em torno do sexo uma áurea de mistérios e segredos que não existia na Antiguidade clássica.

Pelas descrições que temos, a antiguidade clássica talvez tenha sido uma época de maior liberdade sexual e, coincidentemente, onde, talvez, tenha existido mais homens virtuosos, pois o homem virtuoso, que buscava a temperança, fazia isso com todo o seu ser, de forma integral. O exemplo do homem virtuoso, na Grécia clássica, era observado em todas as suas ações. Com o advento do Cristianismo essa ideia de um homem integral foi abandonada dando lugar, a uma concepção de homem dividido, no campo da ação, onde estas são, agora, qualificadas como pecados ou virtudes. Pecados severamente castigados e virtudes exaltadas deram lugar, na era vitoriana, à hipocrisia e falsas virtudes.

De algum modo foi o Cristianismo, através do seu rígido controle sobre o sexo e sobre os discursos sobre o sexo, o responsável por este mascaramento da sexualidade. Tendo por modelo de homem Jesus, a igreja só conseguia obter dos homens “normais” uma imagem muito pálida da aparência de Jesus refletida nos homens. Ao contrário, na Grécia, os gregos, apesar de terem muitos deuses, mas nenhuma pretensão de se comportarem como um, assumiram sua condição de homens de desejos e apenas procuraram viver sob uma ética e uma estética da existência, onde as proibições morais não afetavam

toda a vida do indivíduo, como atesta Jean-Jacques Maffre (1989, p. 88):

Interdições pesavam sobre certos aspectos sociais das relações sexuais, principalmente sobre o incesto, como atesta a lenda [mito] de Édipo. O homossexualismo masculino foi inicialmente favorecido por uma camaradagem militar tal como se pratica ainda em Esparta e Tebas na época clássica, e que compreende a iniciação do jovem pelo adulto em todos os domínios. Não é o homossexualismo bem visto entre as classes médias e populares, ainda que seja largamente difundido no mundo grego, sobretudo na aristocracia.

Após o advento do Cristianismo, com o passar dos séculos, foram se formando e cristalizando discursos não sobre a expressão da sexualidade, mas discursos sobre o que é correto ou incorreto no uso dos prazeres. Abandonou-se a expressão da sexualidade como algo natural e humano e, cada vez mais, as Instituições adotaram um discurso moralizante ou moralista sobre essa dimensão humana. O que antes era concebido como cultura de um povo, estilo de vida, aos poucos, passou a ser regra e discurso – incitados ou silenciosos – sobre o sexo. A sexualidade, nessa nova configuração religiosa e social, está fundada sobre novos princípios morais e possui conceito definido e finalidades distintas.

Apesar de haver muitos estudos sobre a sexualidade na Antiguidade, o termo propriamente dito como forma de padronização das condutas sexuais e o surgimento de uma biopolítica<sup>3</sup> foi uma denominação burguesa, especificamente pela medicina burguesa. Apesar disso, podemos dizer que na Antiguidade já existia certa preocupação com estas importantes questões da sexualidade referentes à saúde, à moral e ao cuidado com o corpo.

O próprio termo “sexualidade” surgiu tardiamente, no início do

<sup>3</sup> “[...] uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”. [...] “Ela se instala já no final do século XVII e no decorrer do século VXIII”. [...] “Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, [...] ela se digire não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; [...] ao homem espécie (FOUCAULT, 2005, p. 286; 288; 289).

Século XIX. [...]. O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1984, p. 9, grifos do autor).

Esse discurso, presente na sociedade atual, se apresenta como ferramenta de controle do indivíduo, controle do tempo e até mesmo controle do espaço social. Mas o mais terrível dos discursos, no entanto, é aquele que visa esquadrihar até mesmo os pensamentos dos indivíduos, ou seja, o controle do discurso de cada indivíduo sobre a sua sexualidade. A formação dos indivíduos tende, na atual conjuntura, a desembocar ou no controle ou na incitação de discursos sobre a sexualidade. Na conjuntura atual, apenas sujeitos com saberes especializados – como os dos médicos, por exemplo – são autorizados a emitir discursos “válidos” sobre a sexualidade. Discursos que são recebidos como verdadeiros por uma sociedade normatizada, que tende, através de tais autoridades, manter ou adotar determinados comportamentos ou condutas que expressam determinados princípios morais.

#### 4 Conclusão

Ao longo do texto procuramos descrever a história da “moral” na civilização ocidental através do discurso sobre o corpo. Procuramos descrever que tais discursos variam de acordo com a cultura e o modo de vida adotado em cada época por cada sociedade. Certamente, os mesmos valores e os mesmos objetivos não podem ser invocados por nós para definir o que hoje julgamos como moral e, socialmente, aceitável.

Desde a Antiguidade, através da reflexão de Foucault, mostramos que

foi se configurando em torno do sexo toda uma série de normas de conduta, de valores, de sentido, de repressão, de modos de representação e de controle sobre sexo e sua expressão. Como uma necessidade natural, comum a todos os animais, ganhou tamanha importância, ao ponto de podermos considerar a história da humanidade como história do desenvolvimento do poder, do prazer e do saber sobre a sexualidade e suas manifestações?

A conjuntura do século XVIII, em boa medida, propiciou questionamentos político-sociais que acabaram adentrando nos discursos sobre a sexualidade. Tal contexto de repressão desses discursos tornou-se o ambiente favorável para externalização dos desejos impossíveis de serem satisfeitos. A literatura erótica, difundidas por alguns escritores dessa época, foi uma forma de externar os desejos reprimidos e tão naturais ao homem. De um modo amoral e fazendo uma crítica ao discurso moralizante através de questionamentos dos valores vigentes, tais discursos eram silenciados frente aos discursos moralizantes de uma pequena parcela, a daqueles que detinham o poder sobre a construção moral dos indivíduos.

### Referências

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOLDHILL, Simon. **Amor, sexo e tragédia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MAFFRE, Jean-Jacques. **A vida na Grécia clássica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MORAIS, Flávia D. Costa. **A leitura na Inglaterra vitoriana**: sua função social e artística. São Paulo: Fala dos Pinhaes, 2004, p. 63-71.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **Amor e sexo na Grécia antiga**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

